

# **CENTRO BEM ESTAR DE TAMENGOS**

**Anexo Contas**

**31 de Dezembro de 2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	8
5	Activos Fixos Tangíveis .....	8
6	Activos Intangíveis .....	10
7	Locações .....	10
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	10
9	Inventários .....	10
10	Rédito.....	11
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	11
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	11
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	11
14	Imposto sobre o Rendimento .....	11
15	Benefícios dos empregados.....	11
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	12
17	Outras Informações .....	12
17.1	Investimentos Financeiros.....	12
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	13
17.3	Clientes e Utentes.....	13
17.4	Outras contas a receber .....	13
17.5	Diferimentos .....	14
17.6	Outros Activos Financeiros .....	14
17.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	14
17.8	Fundos Patrimoniais .....	14
17.9	Fornecedores .....	14
17.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
17.11	Outras Contas a Pagar .....	15
17.12	Outros Passivos Financeiros .....	15
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	15

17.14 Fornecimentos e serviços externos .....	16
17.15 Outros rendimentos e ganhos .....	16
17.16 Outros gastos e perdas .....	16
17.17 Resultados Financeiros .....	17
17.18 Acontecimentos após data de Balanço .....	17

## 1 Identificação da Entidade

---

A “CENTRO BEM ESTAR DE TAMENGOS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
  - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
  - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
  - NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

### 3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.4 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

### 3.2.5 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

## **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## **5 Activos Fixos Tangíveis**

### **Bens do domínio público**

Não aplicável

### **Bens do património histórico, artístico e cultural**

Não aplicável

### **Outros Activos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	12 540,20					12 540,20
Equipamento de transporte	29 423,83					29 423,83
Equipamento biológico	7 914,56					7 914,56
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>49 878,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49 878,59</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	9 976,5					11 136,50
Equipamento de transporte	25 745,80					29 423,83
Equipamento biológico	5 418,87					6 369,75
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>41 141,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46 930,08</b>

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	12 540,20					12 540,20
Equipamento de transporte	29 423,83					29 423,83
Equipamento biológico	7 914,56					7 914,56
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>49 878,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49 878,59</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	11 136,50					12 296,45
Equipamento de transporte	29 423,83					29 423,83
Equipamento biológico	6 369,75					7 320,63
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>46 930,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49 040,91</b>

## 6 Activos Intangíveis

Não aplicável

## 7 Locações

Não aplicável

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	1 500,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 500,00</b>	<b>1 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	4 214,97	0,00	0,00	4 087,80	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				4 214,97			4 087,80
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	71 720,71	71 558,81
Quotas e jóias	783,72	1 065,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>72 504,43</b>	<b>72 623,81</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não aplicável

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios do Governo</b>		
	41 778,82	40 855,16
<b>Apoios do Governo</b>		
	0,00	
<b>Total</b>	<b>41 778,82</b>	<b>40 855,16</b>

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

## 14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável

## 15 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de “7”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	62 523,18	51 970,91
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	13 769,42	11 690,55
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	0,00	94,05
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>76 292,60</b>	<b>63 755,51</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>1,02</b>	<b>1,02</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>1,02</b>	<b>1,02</b>

**17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Activo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocionadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	1 361,93	1 361,93
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 361,93</b>	<b>1 361,93</b>

**17.3 Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes - utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	7 663,24	2 385,08
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>7 663,24</b>	<b>2 385,08</b>

**17.4 Outras contas a receber**

A rubrica “Outras contas a receber” não apresenta saldo.

**17.5 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	6 767,45	
<b>Total</b>	<b>6 767,45</b>	<b>0,00</b>

**17.6 Outros Activos Financeiros**

Não se aplica.

**17.7 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	6 049,82	3 481,99
Depósitos à ordem	3 385,68	9 350,85
Depósitos a prazo	1 539,09	1 539,09
Outros		
<b>Total</b>	<b>10 974,59</b>	<b>14 371,93</b>

**17.8 Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	11 953,72	0,00	0,00	11 953,72
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 029,86	0,00	-1 972,31	-942,45
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12 983,58</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 972,31</b>	<b>11 011,27</b>

**17.9 Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	1 965,96	1 042,60
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 965,96</b>	<b>1 042,60</b>

**17.10 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	149,00	130,00
Segurança Social	1 799,66	2 077,41
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 948,66</b>	<b>2 207,41</b>

**17.11 Outras Contas a Pagar**

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**17.12 Outros Passivos Financeiros**

Não aplicável.

**17.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	41 778,82	40 855,16
Subsídios de outras entidades	12 107,19	8 304,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>53 886,01</b>	<b>49 159,16</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

#### 17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	20 298,49	26 114,77
Serviços especializados	3 905,71	2 908,23
Materiais	849,36	305,82
Energia e fluidos	6 760,14	6 719,48
Deslocações, estadas e transportes	182,40	67,00
Serviços diversos	14 348,43	18 318,04
<b>Total</b>	<b>46 344,53</b>	<b>54 433,34</b>

#### 17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	1 602,84	3 355,95
<b>Total</b>	<b>1 602,84</b>	<b>3 355,95</b>

#### 17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	139,95	357,50
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	20,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	0,00	15,50
<b>Total</b>	<b>139,95</b>	<b>393,00</b>



**CENTRO BEM ESTAR DE TAMENGOS**

NIF: 506522652

Demonstração de Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 2017

<b>Designação</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de clientes e utentes	67 226,27 €	72 310,53 €
Pagamento de subsídios		
Pagamento de apoios		
Pagamento de bolsas		
Pagamentos a fornecedores	-49 508,97 €	-64 439,86 €
Pagamentos ao pessoal	-72 296,44 €	-68 712,50 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-54 579,14 €</b>	<b>-60 841,83 €</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	49 681,80 €	62 801,84 €
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>-4 897,34 €</b>	<b>1 960,01 €</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
<i>Recebimentos provenientes de:</i>		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<i>Recebimentos provenientes de:</i>		
Financiamentos obtidos - SR. AMILCAR	1 500,00 €	
Realizações fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de fundos		
Outras operações de financiamento		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>1 500,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>-3 397,34 €</b>	<b>1 960,01 €</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>14 371,93 €</b>	<b>12 411,92 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>10 974,59 €</b>	<b>14 371,93 €</b>

**17.17 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	40,93
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>40,93</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	1 361,23	1 515,38
<b>Total</b>	<b>1 361,23</b>	<b>1 515,38</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>1 361,23</b>	<b>1 474,45</b>

**17.18 Acontecimentos após data de Balanço**

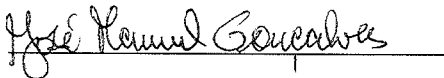
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela direcção,

Tamengos, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direcção

